

Madrugada cívica recoloca esperança na Carta

Resta agora a promulgação que deverá coincidir com o início da primavera, no dia 21

"Nós nos vamos. A Constituição fica"; disse com voz embargada o presidente Ulysses Guimarães. Estava concluída a votação da nova Constituição, após um ano e meio de muito trabalho. No plenário, chuva de papel picado, muitos abraços, sorrisos e choro. O presidente Ulysses Guimarães estava emocionado e feliz. Da mesa onde comandou as vezes com mão-de-ferro os trabalhos da Constituinte, o deputado desceu para receber mais abraços e posar para fotos ao lado de constituintes e jornalistas. Agora é preparar a promulgação, que deverá ocorrer no dia 21, início de primavera.

Antes do encerramento, às 20h7m, não foram poucos os que aproveitaram para usar pela última vez o microfone e prestar homenagens. O líder José Lourenço não se esqueceu do presidente Sarney a quem atribuiu, juntamente com o deputado Ulysses, o êxito da Constituinte. Um outro parlamentar disse que Jesus Cristo também precisava ser lembrado. "Viva Jesus Cristo", gritou no microfone. "Amém", respon-

deu o presidente Ulysses. A festa acabou. A Constituição está pronta. Segundo o deputado Ulysses ela veio para ficar.

No último dia de trabalho os constituintes votaram quase todo o título das Disposições Transitórias, ao longo de 13 horas ininterruptas. Nesta fase decisiva foram definidas questões importantes como o tabelamento dos juros em 12% ao ano e o dispositivo que acaba com a isenção de Imposto de Renda aos militares e magistrados. Por fim, à 1h30 da madrugada os constituintes encerraram definitivamente a aprovação da Carta, dizendo "não" à indicação do senador, Alexandre Costa do governo do Distrito Federal.

Os constituintes chegaram ao plenário para a última sessão de votação alegres e descontraídos como nunca. Parlamentares de menos de 30, 60 ou 80 anos mais pareciam colegiais às vésperas de férias, excitados com a proximidade da conclusão da difícil tarefa de fazer uma Constituição, e já saudosos da convivência — nem sempre fácil e

amena — entre companheiros ou mesmo "adversários" que aprenderam a estimar ao longo dos últimos 19 meses.

— Já sinto uma grande saudade disso tudo aqui — revelava o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães logo no início da tarde, quando eufórico e brincalhão, posou para fotógrafos e cinegrafistas à frente do Congresso Nacional. Ele lembrou que muitas dúvidas foram levantadas quanto ao término da Constituição, no entanto ela está sendo concluída, está chegando ao fim com um amplo apoio popular, revelado em pesquisas de opinião. "Estamos todos em festa. E este clima de festa já tomou conta do povo", disse o presidente antes de se dirigir ao plenário.

Lá dentro, durante o pinga-fogo, os constituintes se revezaram no microfone para fazer suas despedidas e elogiar o resultado dos trabalhos Constitucionais. Todos se mostraram eufóricos e orgulhosos de terem participado do feito da nova Carta.

EUGÊNIO NOVAES



Uma hora e 50 minutos da madrugada do dia 2 de setembro. Os constituintes comemoram a Carta está pronta

Sarney põe fé na Carta

São Paulo — Mesmo tendo admitido que fez diversas críticas à Constituinte, o presidente José Sarney disse ontem em São Paulo que será o primeiro a cumprirá e fará tudo para que ela tenha êxito. "Será o mais dedicado servidor da Constituição", disse ao desembarcar no Aeroporto de Congonhas. O Presidente destacou que o fim do processo de transição democrática está chegando e que a Constituinte está terminando com o País em paz. "Não tivemos nenhum problema de ruptura nesse período e as finanças públicas estão sendo organizadas".

Sarney afirmou que o orçamento para o ano que vem, já enviado ao Congresso, é "transparente" e que a Operação Desmonte irá sanear cada vez mais as finanças públicas. "Espero entregar ao meu sucessor um déficit zero. O ano que vem vamos ter um déficit de dois por cento". O Presidente ressaltou que a economia está reagindo e que todos indicadores econômicos mostram que há uma inversão das expectativas pessimistas. "Estamos chegando ao fim desse processo longo e difícil que nós atravessamos e temos motivos de grande esperança", concluiu.

O presidente Sarney desembarcou em São Paulo às 15h15, acompanhado de sua esposa, D. Marly, do governador Orestes Quércia e D. Alaide, do ministro-chefe do Gabinete Militar, Bayma Denis, e dos ministros das Relações Exteriores, Abreu Sodré, da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, e da Ciência e Tecnologia, Ralph Biasi. De lá, o Presidente seguiu para a Barra Funda, onde visitou as obras do Memorial da América Latina, um grande centro cultural que ocupará uma área de 80 mil metros quadrados, com teatros, auditório biblioteca e um pavilhão de exposições, destinados a concentrar atividades sobre a cultura latino-americana.

Durante a visita às obras, o presidente Sarney fez um discurso de improviso, onde destacou que o Brasil tem procurado impedir uma política comum latino-americana. Ele citou os acordos — com a Argentina e Uruguai, a ata de Caracas e os acordos em Bogotá, como provas de que o Brasil tem uma grande missão no continente. "Se não fosse o crescimento do Brasil nos últimos anos a América Latina teria tido um crescimento negativo".

Plenário de pé consagra Ulysses



D. Mora

trabalhos ao senador Mauro Benevides e se ausentar do plenário.

Nos 28 minutos que ficou fora, o líder do PC do B, Haroldo Lima, reclamou porque a emenda fora retirada anteriormente. Benevides explicou que Gibson apenas pediu para sobrestá-la e Vivaldo Barbosa nem conseguiu saber se era destaque supressivo ao texto permanente ou matéria adicional, nas disposições transitórias, porque lhe cortaram o som do microfone. Domingos Leonelli quis até suspender a sessão por uma hora. Mas o presidente deu a palavra ao líder do PTB, Gastone Righi, que encaminhou contra.

Righi começou protestando pela inclusão de uma emenda de última hora sem aceitação das lideranças, nem do plenário, para votar texto inexistente ou matéria adicional. Depois

de garantir que faria a Ulysses Guimarães todas as homenagens, menos brindá-lo com um casuismo, disse que apelava à coerência de seus colegas, "porque há formas mais honrosas de homenageá-lo do que baixar o nível com rubugosa asquerosa e vergonhosa". Ele acha que a reeleição leva a corrupção e é um exemplo nefando, pois todos têm condições de assumir cargos na direção das duas Casas do Legislativo.

Quando o deputado Konder Reis defendia a emenda, lembrando que a reeleição faz parte da tradição no parlamento e não fere os preceitos do direito constitucional brasileiro, o presidente Ulysses Guimarães retornou ao plenário, ladoado pelos líderes Ibsen Pinheiro e Nelson Jobim. Eram 9h38min. O plenário estava agitado, com os que eram contra o casuismo buscando apoio de última hora, enquanto os tradicionais "papagalos de pirata" se postavam atrás do presidente, que a essa altura já assumira seu cargo.

Ulysses esperou Konder Reis falar, acolheu até uma manifestação do líder Carlos Sant'Anna a favor da homenagem que lhe queriam prestar. Mas, depois, sem esconder a emoção, com a voz embargada, disse que se sentia distinguido com a forma como fora recebido, com os constituintes de pé, batendo palmas, o que considerava o prêmio maior de sua vida pública.

Mineradoras têm 4 anos de prazo

As multinacionais que atuam no País no ramo da mineração e aproveitamento de potenciais hidroelétricos terão um prazo de quatro anos, a partir da data de promulgação da Constituição, para se adequarem às novas leis. Ou seja, terão que transferir 51% de suas ações a brasileiros natos, ou empresas de capital nacional. Ficou decidido também que as empresas estrangeiras que tenham usinas hidroelétricas, somente poderão continuar com as concessões se a energia produzida for utilizada em seus processos industriais.

Alguns parlamentares entendem que a medida propiciará uma nacionalização radical da exploração e pesquisa de minérios brasileiros. Para outros, acontecerá, pelo contrário, uma supervelocização dos chamados "testa-de-ferro" — pessoas que almejam seus nomes para empresas internacionais. O artigo (49 das Disposições Transitórias) foi aprovado na primeira votação de ontem à tarde. Apesar da pressão em se terminar os trabalhos, o processo de apreciação de emendas na sessão da tarde começou somente às 16h20, quando o presidente Ulysses Guimarães chegou à Casa.

Segundo turno sai em 20 dias

Após negociações entre os partidos, a Constituinte alterou ontem uma das normas sobre as eleições em dois turnos em todos os níveis. O plenário reduziu de 30 para 20 dias o prazo entre uma eleição e outra, quando nenhum dos candidatos obtiver maioria absoluta na primeira votação.

Esse acordo atingiu vários artigos, tanto das Disposições Permanentes quanto das Transitórias, e foi aprovado numa única votação. O resultado foi 407 votos a favor, quatro contrários e quatro abstenções. Um dos artigos aprovados foi o que autorizou os territórios de Roraima e Amapá a serem beneficiados com o percentual da arrecadação dos Impostos de Renda e de Produtos Industrializados que será repassado da União para os estados, enquanto não forem transformados em estados.

Falir deixa de ser vantajoso

Até pouco tempo no Brasil falir era um bom negócio. Os escândalos financeiros sempre acarretaram lucros. A legislação permitia, por exemplo, que não se incidisse a correção monetária sobre as dívidas de uma instituição financeira em estágio de pré-falência. Mas seu ativo, ou bens, continuavam crescendo conforme a inflação. Assim, o tempo ia passando, e, enquanto uma ação extrajudicial não era julgada, os credores iam perdendo dinheiro. Em contrapartida os falidos podiam manter as propriedades em valorização.

Um exemplo próximo é do grupo Bamerindus. As contas correntes foram pagas, mas as aplicações ficaram retidas. Os aplicadores, no caso, não teriam direito a receber as perdas inflacionárias. Mas com a aprovação do artigo 52 da nova Carta, as coisas mudaram. O disposto obriga o pagamento da correção monetária até o efetivo pagamento dos débitos, em qualquer entidade em liquidação extrajudicial, "meamo que esses regimes sejam convertidos em falência".

Anistia para as micro permanece

A Constituinte manteve ontem a anistia aos micro e pequenos empresários, que contrairam empréstimos entre 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987. E, ainda, aos mini, pequenos e médios produtores rurais, que receberam crédito no período de 23 de fevereiro de 1986 até 31 de dezembro de 1987. Essas pessoas deverão pagar o principal da dívida, já que o perdão refere-se apenas à correção monetária.

Assim que a matéria foi colocada para apreciação, instalou-se um pequeno tumulto no plenário e galeria. Primeiramente subiu à tribuna o deputado Ronaldo César Coelho (PSDB-RJ). Fez o discurso mais emocionado. Ele relatou a história de Benedita de Sousa, cujo marido teve que vender a casa em que moravam para poder saldar a dívida feita no Plano Cruzado. "Que país é esse que obriga meu marido a vender nossa casa, para vocês agora anistiam todos os devedores, que não efetuaram os pagamentos?" teria escrito a senhora numa carta enviada ao deputado.

O clima era de guerra. A galeria manifestava-se a todo momento, aplaudindo ou vaiando, conforme o pronunciamento. Ao subir à tribuna, o senador Man-

Fisco guarda juro e multa

Nem os esforços do senador João Castelo (PDS-MA) — considerado um dos maiores beneficiados com a medida — foram suficientes, ontem, para manter o texto do artigo 54 e seus três primeiros parágrafos nas Disposições Transitórias. Eles permitiriam a anistia tributária, deixando que os devedores do fisco pagassem sem juros e multas, com prazos privilegiados.

Leão solto para juiz e militar

Os magistrados e militares também vão pagar Imposto de Renda sobre o total da remuneração percebida a partir de janeiro do próximo ano. A Constituinte aprovou ontem à noite uma fusão de emendas que corrige o texto do primeiro turno, que praticamente isentava os juizes e militares do pagamento do imposto. De acordo com aquele texto, o desconto iria incidir apenas sobre o vencimento, que é a menor parte da remuneração. Segundo o deputado Geraldo Campos (PSDB-DF), a matéria publicada pelo CORREIO BRAZILIENSE denunciando a desigualdade de pagamento do Imposto de Renda motivou o reexame da matéria. Após várias reuniões, a última ontem no início da tarde, os constituintes acertaram a fusão de emendas, aprovadas por 443 votos sim; 06 abstenções e apenas um voto não (do deputado Celso Dourado, do PFL-BA).

A fusão de emendas faz correção aos artigos que tratam do prazo de fixação da remuneração dos depu-

tados estaduais (artigo 27, parágrafo 2º); da remuneração do prefeito, vice-prefeito e vereadores (artigo 30, inciso V) e deu carona para corrigir os artigos 38, 58 e 100, igualando servidores públicos, civis, militares, magistrados na obrigação do recolhimento do imposto de renda sobre a remuneração.

Pensão volta a valor real

O plenário da Constituinte aprovou ontem à noite a revisão dos valores das aposentadorias. O texto estabelece que "os benefícios de prestação continuada já concedidos pela Previdência Social, à data da promulgação da Constituição, ter-ão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham à data de sua concessão, obedecendo-se esse critério da atualização".

O texto no primeiro turno falava que os servidores civis, onde se incluem os deputados e senadores, pagariam o Leão sobre a remuneração, o que quer dizer que engloba o valor total dos rendimentos brutos. E na parte dos militares e civis, estabelecia que eles tinham a mesma obrigação, mas sobre os vencimentos, o que deixa de fora direitos, vantagens e outros tipos de adicionais.

A princípio, alguns líderes partidários pensaram que houve um erro do relator. Já que a idéia predominante entre os constituintes era de que ninguém mais deveria usufruir do privilégio da isenção, total ou quase nula na prática, como ocorria com os parlamentares, militares e magistrados. A denúncia acabou levando o líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi, a confirmar que não havia erro nem equívoco, pois a distinção colocada no texto visava proteger os militares e magistrados, que ganham pouco e não podem exercer atividades extras, a não ser o magistério.

Doente não perde o último dia

Quando o presidente Ulysses Guimarães levantou os braços agradecendo aos constituintes, que queriam lhe reconduzir ao cargo de presidente da Câmara, um outro fato igualmente comovedor aconteceu do lado esquerdo do plenário. Neste instante, amparado por sua esposa e por um médico, o deputado Norberto Schwantes (PMDB/RO), vítima de câncer, sentou em sua cadeira para participar do último dia das votações da Constituinte.

Não foi fácil para o deputado Norberto chegar até ao plenário. Internado há mais de uma semana, em um hospital oncológico de Goiânia, o deputado teve que ser transportado

de ambulância até Brasília para, segundo ele, "participar do trabalho que fará com que o País tome consciência do valor do trabalho na dignificação do homem". Constituinte novo na Casa, Norberto Schwantes, assumiu a vaga há menos de um mês, com a renúncia do deputado Percival Muniz, candidato a prefeito de Rondonópolis.

Desde o início não foi fácil para Norberto criar intimidade com o plenário. Seu primeiro problema era seu próprio nome. Como ninguém conseguia escrevê-lo corretamente, o deputado teve que ficar dois dias sem poder registrar seu código de votação, porque o computador

rejeitava o voto. Com a internação repentina, a intimidade teve novamente que ser adiada. "mas pelo menos deste momento histórico eu quero participar", disse emocionado o deputado de Rondonópolis.

As marcas de seu estado físico eram visíveis. Falando com certa dificuldade, ele respondeu delicadamente cada pergunta, e disse que "hoje é como se fosse o marco zero para a história do Brasil, pelo que se pode antever pela frente, e pelo que ficou para trás. Nunca em nenhuma outra Constituição, o trabalhador foi tão valorizado, mesmo com toda a gritaria contra o capital".